

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.511.414 - MG (2019/0151048-0)**

**RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**AGRAVANTE : ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**PROCURADOR : PAULO DE TARSO JACQUES DE CARVALHO - MG056401**  
**AGRAVADO : ALBERTO FELIPE DE OLIVEIRA**  
**AGRAVADO : CLAUDIMAR DE SOUZA**  
**AGRAVADO : CRISTIANO NATALINO BATISTO SUDARIO**  
**AGRAVADO : EDMILSON JOSE GOMES**  
**AGRAVADO : EUNICE MARIA APARECIDA**  
**AGRAVADO : JOSE DONIZETE DE OLIVEIRA**  
**AGRAVADO : JONATHAN ALISSON RUAS DO CARMO**  
**AGRAVADO : MARCELO RODRIGO DA SILVA**  
**AGRAVADO : MARIO NUNES DE ARAUJO JUNIOR**  
**AGRAVADO : MATHEUS HENRIQUE DE OLIVEIRA PACHECO**  
**AGRAVADO : MAXIMILIANO RODRIGUES DE MOURA**  
**AGRAVADO : PAULO HENRIQUE DOS SANTOS**  
**AGRAVADO : RONALDO NASCIMENTO DOS SANTOS**  
**AGRAVADO : RIGNER SANDRO FERREIRA**  
**AGRAVADO : ROSILENE APARECIDA MAURÍCIO**  
**AGRAVADO : UALISSON APARECIDO DE SOUZA**  
**AGRAVADO : VALDECI CAETANO DA COSTA**  
**ADVOGADOS : HENRIQUE BORGES RODRIGUES - MG076316**  
**MARCIO ANTONIO VALADAO - MG079063**

**EMENTA**

PROCESSO CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. REQUISITOS DA RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL. TERMO INICIAL DO JUROS DE MORA. IMPOSSIBILIDADE. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. VALOR DA INDENIZAÇÃO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. PROVA EMPRESTADA. AUSÊNCIA DE IDENTIDADE DE PARTES NO PROCESSO EM QUE A PROVA FOI PRODUZIDA. NULIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

**DECISÃO**

Trata-se de agravo em recurso especial interposto pelo ESTADO DE MINAS GERAIS, em face de decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais que negou admissibilidade a recurso especial manejado contra acórdão sintetizado nos seguintes termos:

REMESSA OFICIAL E APELAÇÃO CÍVEL VOLUNTÁRIA. AÇÃO DE

INDENIZAÇÃO. AGRESSÕES FÍSICAS E PSICOLÓGICAS. PRESOS. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO CARACTERIZADA. REPARAÇÃO POR DANO MORAL. ARBITRAMENTO CORRETO. CORREÇÃO MONETÁRIA. ALTERAÇÃO. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. INOCORRÊNCIA. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA NOS LIMITES DO REEXAME NECESSÁRIO. APELAÇÃO VOLUNTÁRIA ADESIVA PROVIDA EM PARTE. O Estado deve assegurar a integridade moral e física do detento, nos termos do art. 50, XLIX, da Constituição da República. A lesão corporal de presos gerada por agressões físicas, morais e psicológicas praticadas pelos agentes responsáveis pela segurança gera responsabilidade civil do Estado pela reparação. O valor da indenização do dano moral deve estar em consonância com os critérios da proporcionalidade e da razoabilidade. Atendidos os critérios, impõe-se a confirmação do valor arbitrado. A correção monetária deve ser calculada na forma prevista no art. 1º-F, da Lei nº 9.494, de 1997, com a redação atual. S. Na ação de indenização por dano moral, ainda que a parte tenha obtido quantia inferior à sugerida na petição inicial, não há que se falar em sucumbência recíproca (Súmula nº 326, do STJ). Remessa oficial e apelações cíveis voluntárias conhecidas. Sentença que acolheu em parte a pretensão inicial parcialmente reformada nos limites do reexame necessário, prejudicada a apelação voluntária principal. Apelação voluntária adesiva provida em parte para afastar a sucumbência recíproca.

Os embargos de declaração foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, interposto com fundamento na alínea “a” do permissivo constitucional, o recorrente sustenta, inicialmente, violação aos arts. 371, 372, 373, I, e 1.022, todos do CPC/2015, bem como aos arts. 186, 927 e 944, estes do CC/2002.

Sustenta que os exames de corpo de delito referido no julgado recorrido são originários de processo criminal, em que o recorrente não foi parte, não podendo, portanto, ser utilizado como prova emprestada, o que gerou malferimento ao conteúdo dos arts. 371, 372, 373, I, do CPC/2015.

Salienta, ainda, que valor arbitrado a título de indenização é exagerado, devendo ser reduzido segundo o que estabelece o art. 944 do CPC/2015.

Aduz ser indevida a fixação dos juros a partir do evento danoso, uma vez que esta Corte Superior possui entendimento que para os danos morais o termo inicial da mora deve ocorrer a partir da fixação do valor da indenização.

Por fim, argumenta que em razão do Tribunal de origem não ter se manifestado sobre a questão de utilização de prova emprestada ocorreu ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015.

Apresentada contrarrazões.

Sobreveio juízo negativo de admissibilidade do agravo pelo Tribunal *a quo*.

Insurge-se a parte agravante contra essa decisão, afirmando que, ao contrário do que supõe o juízo de admissibilidade, o recurso especial reúne condições de ser processado.

Sem contraminuta.

É o relatório. Passo a decidir.

Faz-se necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: “Aos recursos interpostos com fundamento no

CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”.

Presentes os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo a análise do recurso especial.

A pretensão não merece acolhimento.

Cinge-se a controvérsia, segundo se extrai do acórdão recorrido, de ação ordinária visando a reparação de danos morais decorrente de supostos atos de tortura perpetrados pela Polícia Militar da Cadeia Pública de Lagoa da Prata.

O Tribunal de origem concluiu ser devida a pretensão indenizatória e fixou os danos morais no patamar de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para cada autor nos seguinte termos (grifo nosso):

No mérito, o ponto central da questão posta sob apreciação do Judiciário consiste em decidir sobre o suposto direito da parte autora ao recebimento de indenização pelos alegados danos morais sofridos, tendo em vista a suposta tortura sofrida.

A Responsabilidade Civil é a reparação, por indenização, quase sempre pecuniária, do dano que uma pessoa, física ou jurídica, causa a outra, podendo ser ele, material, moral ou autônomo. Especificamente, o dano moral é aquele contra os direitos da personalidade, que são irrenunciáveis, intransmissíveis e vinculados a dignidade humana. Portanto, não suscetíveis de avaliação patrimonial. Assim, a indenização no caso de violação .a estes se dá como caráter ressarcitório, em virtude da agressão sofrida.

[...]

No caso em apreço, considerando-se que se trata de atuação estatal, prima facie, a responsabilidade civil pelo evento danoso deve ser analisada à luz da teoria do risco administrativo, fundamento para a responsabilidade objetiva, preceituada no artigo 37, §6º, da Constituição Federal, segundo o qual: "As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurando o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa".

[...]

**Em análise aos 'autos, verifica-se que ' restou demonstrado o dano sofrido pelos autores em decorrência de ato comissivo dos agentes estatais, de forma que configurado o nexa causal apto a ensejar a responsabilidade objetiva do Estado.**

**Os autores da ação passaram por momentos de angústia, sofrimento e humilhação, o que certamente, lhes acusou mágoa e atribulações em seu íntimo, conforme testemunhos prestados perante a Promotoria de Justiça, fls. 11/143, que informaram que os detentos foram obrigados a ficar nus e a se sentarem no chão do pátio com as mãos na cabeça, quando foram agredidos com chutes, tapas na nuca e nas costas, estucadas, toalhas molhadas, obrigados a baterem uns nos outros, e molhados com água gelada para intensificar a doidos tapas que lhes era desferidos.**

Tais circunstâncias, a meu ver, emolduram um quadro a não desafiar maiores incursões sobre a intensidade do agravo sofrido pelos autores.

[...]

**Salienta-se que corroboram com as alegações da inicial a ocorrência dos**

**fatos narrados, a cópia do acórdão de fls. 214/226, em que naquele feito o próprio juiz se dirigiu ao local, conforme trecho do voto do Vogal ilustre Desembargador Oliveira Firmo, fls. 225, que ora transcrevo:**

(...) conforme apurou o próprio sentenciante que, advertido durante audiência realizada no dia seguinte aos fatos, dirigiu-se ao local e pode constatar in loco a realidade vivenciada pelos detentos, confirmando a existência de detentos feridos nas costas e com dificuldade de andar (f. 121-122).

**Destaco, ainda, a cópia da sentença do juízo penal, fls. 233/236, que demonstra a ocorrência dos fatos descritos neste feito.**

[...]

**Volvendo à realidade dos autos, e atento a todas as circunstâncias envolvidas, tenho que para a determinação do valor não se pode desconhecer a gravidade do fato.**

**Desse modo, tenho que o valor da indenização por danos morais deva ser equitativo e adequado às circunstâncias do caso concreto, o que ora fixo em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para cada autor.**

Sendo determinada a indenização por dano moral em valor certo, o termo inicial da correção monetária será a data em que esse valor foi fixado, qual seja, o trânsito em julgado da presente decisão, conforme Súmula 362 do STJ. Em se tratando de indenização por dano moral, nas hipóteses de responsabilidade civil extracontratual, o Superior Tribunal de Justiça sustenta que o juro de mora devem incidir desde a data do evento danoso, em consonância com o entendimento da Súmula 54 do STJ.

Inicialmente, o recorrente apresenta questão preliminar voltada à indicação de ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, sob ao argumento que a questão relativa à utilização de prova emprestada não foi enfrentada pela Corte de origem.

Com efeito, a alegada violação pressupõe seja demonstrado, **fundamentadamente**, que: **(a)** a questão supostamente omitida foi tratada na apelação, no agravo ou nas contrarrazões a estes recursos, ou, ainda, que se cuida de matéria de ordem pública a ser examinada de ofício, a qualquer tempo, pelas instâncias ordinárias; **(b)** houve interposição de aclaratórios para indicar à Corte local a necessidade de sanear a omissão; **(c)** a tese omitida é fundamental à conclusão do julgado e, caso examinada, poderia levar à sua anulação ou reforma.

Esses requisitos são cumulativos e devem ser abordados na petição recursal, sob pena de não se conhecer da alegação por deficiência de fundamentação, dada a generalidade dos argumentos apresentados.

No caso, o recorrente sustenta negativa de prestação jurisdicional por meio de alegação genérica na parte final do apelo nobre, apenas alegando que o aresto recorrido teria sido omissivo quanto ao ponto do uso da prova emprestada, sem atentar para os pontos mencionados anteriormente.

Dessa forma, aplica-se o disposto na Súmula 284/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

De outro giro, observa-se que as razões recursais indicam suposto malferimento aos estabelecido nos arts. 186 e 927 do CC/2002, dispositivos legais que tratam dos requisitos inerentes ao dever de indenizar, sem contudo apresentar qualquer argumentação que vise a ponderação sobre conduta, nexo de causalidade, resultado ou

mesmo sobre se, à espécie, deveria ser aplicada a responsabilidade civil objetiva ou subjetiva do Estado.

Outrossim, é pacífico o entendimento desta Corte Superior no sentido de que a simples alegação de violação genérica de preceitos infraconstitucionais, desprovida de fundamentação que demonstre de que maneira houve a negativa de vigência dos dispositivos legais pelo Tribunal de origem, não é suficiente para fundar recurso especial, atraindo a incidência da Súmula 284/STF: *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."*

Sobre o tema, os seguintes precedentes:

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MULTA. TRÂNSITO. FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. ACÓRDÃO RECORRIDO FUNDAMENTADO EM NORMAS DE DIREITO LOCAL. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE NA VIA ESPECIAL. SÚMULA 280/STF.

1. Revelam-se deficientes as razões do recurso especial quando o recorrente não aponta, de forma inequívoca, os motivos pelos quais considera violados os dispositivos de lei federal, bem como a sua particularização, fazendo incidir a Súmula 284 do STF. Precedente: AgRg no Ag 945.534/DF, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, Dje 18/6/2008.

(...)

3. Agravo regimental não provido."

(AgRg no AREsp 467.371/MG, 1ª Turma, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe de 9.10.2014)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TÍTULO. DUPLICATAS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282/STF E 211/STJ. NÃO DEMONSTRAÇÃO DA VIOLAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. AUSÊNCIA DE DISSÍDIO NA FORMA REGIMENTAL. AGRAVO NÃO PROVIDO.

(...)

4. Por fim, ressalto que para a análise da admissibilidade do recurso especial pressupõe-se uma argumentação lógica, demonstrando de plano a violação do dispositivo legal pela decisão recorrida, a fim de demonstrar a vulneração existente, o que não ocorreu na hipótese, sendo certo que, no caso em exame, caracterizou-se, também, deficiência de fundamentação, em conformidade com a Súmula 284 do STF.

5. Agravo regimental não provido."

(AgRg no AREsp 546.408/SP, 4ª Turma, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJe de 16.9.2014)

Nesse mesma linha de argumentação, observa-se que o recorrente também apresenta irresignação quanto a dinâmica de aplicação dos juros de mora, estribando seus articulados na assertiva de que este Superior Tribunal de Justiça possui jurisprudência no sentido de que os juros moratórios deve incidir a partir da fixação da indenização e não do evento danos.

Deveras, relativamente ao ponto, o recorrente deixa de indicar qual dispositivo legal restou por violado o que também atrai a incidência da Súmula 284/STF.

Nesse sentido (grifo nosso):

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA CELEBRADO PARA SANAR IRREGULARIDADES CONSTATADAS PELO IBAMA. DESCUMPRIMENTO. ATO ÍMPROBO. VIOLAÇÃO DE PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE, APOIADO EM ANÁLISE DE PROVAS, CONSTATA A CONDUTA DOLOSA E CONCLUI PELA PRÁTICA DE IMPROBIDADE E PELA PROPORCIONALIDADE DAS SANÇÕES IMPOSTAS. REVISÃO OBSTADA PELA SÚMULA 7/STJ. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO QUANTO AO DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO PELA ALÍNEA "C" DO ART. 105, III, DA CF. DISCUSSÃO DE ATO NORMATIVO NÃO COMPREENDIDO COMO LEI FEDERAL. INVIABILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA A DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. COMPETÊNCIA DO STF. [...] 3. **Não se conhece de Recurso Especial quando ausente a indicação do dispositivo de lei federal que estaria sendo violado. Aplicação da Súmula 284 do STF.** [...] 5. Recurso especial não conhecido. (REsp 1409024/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/11/2014, DJe 09/12/2014)

Quanto a suposta ofensa ao art. 944 do CC/2002, em razão da tese de exorbitância do valor arbitrado por danos morais, frisa-se que o Superior Tribunal de Justiça só pode rever o *quantum* indenizatório fixado a títulos de danos morais em ações de responsabilidade civil quando irrisórios ou exorbitantes, o que não ocorreu na espécie.

No presente caso, o Tribunal de origem fixou o valor indenizatório em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para cada autor, com base nas peculiaridades do caso concreto, especialmente em razão da gravidade do ato ilícito.

Com efeito, observa-se que o exame probatório empreendido pela Corte *a quo* resultou na compreensão de que é adequado o valor arbitrado como indenização, sendo que a reversão desse entendimento demandaria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, procedimento inviável em sede de recurso especial, ante o óbice previsto na Súmula 7/STJ. Nesse sentido os seguintes precedentes deste Tribunal Superior:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO MORAL. VALOR ARBITRADO COM RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que a revisão do valor a ser indenizado somente é possível quando exorbitante ou irrisória a importância arbitrada, o que não é o caso dos autos.

2. O alegado dissídio jurisprudencial não se encontra devidamente comprovado, porquanto não se vislumbra similitude fática entre os acórdãos confrontados, já que a jurisprudência arrolada a respeito do quantum

indenizatório está lastreada em matéria fática específica de cada caso concreto.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 305.965/PE, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/08/2015, DJe 24/08/2015)

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. ART. 42 DO CDC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. DANOS MORAIS. INDENIZAÇÃO. REVISÃO DO VALOR ARBITRADO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. [...] 2. A revisão do valor de indenização por danos morais somente é possível quando exorbitante ou insignificante a importância arbitrada em flagrante violação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não ocorreu no caso dos autos. Incidência da Súmula 7/STJ. Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1420667/RN, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/06/2015, DJe 10/06/2015)

Por fim, quanto à possibilidade de uso de prova emprestada esta Corte Superior possui entendimento no sentido da possibilidade de uso das mesmas, independentemente da identidade de partes, senão vejamos:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. JULGAMENTO POR DECISÃO MONOCRÁTICA. POSSIBILIDADE. APRECIÇÃO DE TODAS AS QUESTÕES RELEVANTES DA LIDE PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. PROVA EMPRESTADA. OBSERVÂNCIA DO CONTRADITÓRIO. REDIMENSIONAMENTO DA VERBA HONORÁRIA. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA N. 283/STF. DECISÃO MANTIDA. [...] 2. Esta Corte entende que "independentemente de haver identidade de partes, o contraditório é o requisito primordial para o aproveitamento da prova emprestada, de maneira que, assegurado às partes o contraditório sobre a prova, isto é, o direito de se insurgir contra a prova e de refutá-la adequadamente, afigura-se válido o empréstimo" (EResp n. 617.428/SP, rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, CORTE ESPECIAL, julgado em 4/6/2014, DJe 17/6/2014). [...] 6. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 972.929/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 27/05/2019, DJe 30/05/2019)

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. ROUBO MAJORADO. SUPOSTA AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DA DATA DESIGNADA PARA O INTERROGATÓRIO DE CORRÉU. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PROVA EMPRESTADA. AUSÊNCIA DE IDENTIDADE DE PARTES NO PROCESSO EM QUE A PROVA FOI PRODUZIDA. NULIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. ART. 155 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. ELEMENTOS DE INFORMAÇÃO CONFIRMADOS EM JUÍZO. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO.

ORDEM DE HABEAS CORPUS PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESSA EXTENSÃO, DENEGADA. [...] 2. "Conforme entendimento desta Corte Superior, uma vez garantido às partes do processo o contraditório e ampla defesa por meio de manifestação quanto ao teor da prova emprestada, como no caso dos autos, não há vedação para sua utilização, ainda que não exista identidade de partes com relação ao processo na qual foi produzida" (AgRg no AREsp 1.104.676/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 11/12/2018, DJe 01/02/2019). [...] 7. Ordem parcialmente conhecida e, nessa extensão, denegada. (HC 446.296/ES, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 23/04/2019, DJe 30/04/2019)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.

POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL. OPERAÇÃO PASSADIÇO. INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA PRODUZIDA EM AÇÃO PENAL. PROVA EMPRESTADA. VALIDADE. SÚMULA 7/STJ. 9. A doutrina e a jurisprudência admitem a "prova emprestada" produzida em outro processo respeitados os princípios do contraditório e da ampla defesa no âmbito do processo para o qual será utilizada, existindo precedente recente da Primeira Turma em caso concreto semelhante ao ora analisado. Nesse sentido: REsp 1.556.140/SE, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, julgado em 24/10/2017, DJe 2/2/2018; AgInt no AREsp 916.197/RS, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, julgado em 19/9/2017, DJe 25/9/2017; AgInt no REsp 1.645.255/AP, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 17/8/2017, DJe 23/8/2017; AgRg no REsp 1.299.314/DF, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, julgado em 23/10/2014, DJe 21/11/2014. 10. O art. 372 do CPC/2015, embora não aplicável ao caso concreto, reafirmou o entendimento jurisprudencial do STJ ao prever que "O juiz poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo, atribuindo-lhe o valor que considerar adequado, observado o contraditório". 16. Recurso Especial conhecido em parte e, nessa parte, não provido. (REsp 1716453/SE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/08/2018, DJe 20/11/2018)

Assim, observa-se que o acórdão recorrido mostra-se em consonância com o entendimento jurisprudencial acima, razão pela qual não merece censura, o que atrai a incidência da Súmula 568/STJ, segundo a qual: *"O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema"*.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e IV, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES  
Relator